



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2013
Edital ESAF n. 48, de 6/6/2013

Prova Discursiva

Cargo:

**ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO GOVERNAMENTAL - EPPGG**

Reservado à ESAF

Nota

Reservado à ESAF

**Identifique-se apenas nos
campos próprios, abaixo da
linha pontilhada.**



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2013
Edital ESAF n. 48, de 6/6/2013

Reservado à ESAF

Prova Discursiva

Cargo:

**ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO GOVERNAMENTAL - EPPGG**

Nome do Candidato:

Número de Inscrição:

Cidade de realização da prova:

Data: ___ / ___ / 2013.

Assinatura do Candidato: _____

PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

1.	Esta prova tem a duração de 4 (quatro) horas e está assim constituída: <u>Parte I</u> - Desenvolvimento de 1 (um) Estudo de Caso , em um mínimo de 40 (quarenta) e um máximo de 80 (oitenta) linhas; <u>Parte II</u> - Resposta a 1 (um) questionamento , em um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 30 (trinta) linhas.
2.	Use letra legível, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente.
3.	Identifique-se apenas na capa da prova; sua prova não poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
4.	Não escreva no espaço à direita “Reservado ao Examinador”.
5.	Procure ser claro, conciso e preciso, de modo que seu trabalho possa ser concluído no tempo previsto.
6.	Ao final de sua prova, devolva todo o material recebido ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil

O caso em si

Dez anos após a formatura na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Tecnológica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os 50 egressos decidiram, por iniciativa da Associação de Ex-Alunos, se reencontrar para um almoço.

Havia empolgação durante o almoço enquanto vários fatos foram relatados, especialmente sobre o que decorreu após a formatura: casamentos, trajetória profissional e viagens.

O momento alto da conversa se deu com o relato da trajetória profissional de cada um e o grande destaque foi para a trajetória de José Silva. O fato era que José havia transferido sua moradia para Brasília para fazer um mestrado na Universidade de Brasília e lá decidiu entrar para o serviço público federal. Até o momento José encontra-se no Ministério Público do Trabalho - MPT e lá é responsável por ações de combate ao trabalho escravo. Dizia ele: a erradicação do trabalho escravo é uma das ações prioritárias do MPT e visa reduzir o número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade para o trabalho em condições análogas à de escravo e de trabalhadores resgatados reincidentes em empregos que oferecem tais condições.

E continuou: para esta ação obter maior eficiência e eficácia em seu combate, é preciso ter o apoio de toda uma rede muito bem articulada, como no caso da *Le Lis Blanc*, uma das grifes mais caras do País. Neste caso, o cenário de degradação humana foi o mesmo encontrado em várias unidades de produção de peças da marca. As condições de trabalho a que os 28 trabalhadores eram submetidos foram classificadas como degradantes e jornada exaustiva, além de vários deles estarem presos a dívidas, o que configurou escravidão contemporânea. Diante de várias denúncias apuradas e da necessidade de enfrentamento destas questões, criou-se a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Sobre a Coordenadoria:

A Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) tem como missão erradicar o trabalho análogo ao de escravo e coibir o trabalho degradante, resguardando o direito à liberdade, à dignidade no trabalho, bem como todas as garantias decorrentes da relação de emprego.

A CONAETE possui dois coordenadores, 24 membros e infraestrutura administrativa para atuação nos Estados e Distrito Federal.

O problema em si

O maior desafio da CONAETE é conjugar os esforços repressivos com a implementação de políticas públicas que, efetivamente, previnam o aliciamento e a concretização dessa forma vil de exploração, que aniquila a dignidade da pessoa humana e reduz o trabalhador a coisa sem valor, bem como garantam a reinserção na sociedade do cidadão excluído, mediante a promoção do trabalho digno, a (re) qualificação profissional e a reforma agrária. O MPT fez seu Planejamento Estratégico e esta ferramenta se torna fundamental, pois requer mudanças importantes na Instituição e na CONAETE, em especial. Esse plano, elaborado com a participação dos Procuradores, exige maior planejamento das atividades; padronização da atuação alinhada com o princípio da unidade; elaboração de diagnósticos, roteiros e estudos para otimizar a atuação; discussão ampla de marcos teóricos e interpretativos; bem como a avaliação de resultados. Supõe, portanto, atuação coordenada, planejada e própria do MPT na dimensão repressiva, preventiva e promotora de políticas públicas. Neste conjunto de atividades, diz José Silva que há um aporte de 15 milhões de reais distribuídos para as 27 Unidades da Federação, que apresentam características de estrutura de apoio administrativo bem diversificadas, desde a formação das pessoas, a motivação pelo trabalho e apoio dos órgãos locais para o cumprimento das ações. Cada Unidade da Federação recebeu um

volume de recursos para construir um plano de ação e executá-lo. E continuou José: uma das várias pressões com as quais os gestores públicos se defrontam está representada pelas demandas dos cidadãos, provenientes das mais diversas políticas públicas que geram os serviços públicos. Essas demandas refletem importantes movimentos que vêm se desenvolvendo nos governos de vários países, e é pouco provável a sua redução num futuro previsível. As expectativas dos gestores públicos e dos programas por eles gerados mudaram dramaticamente durante as duas últimas décadas do século XX. À medida em que os governos passaram a contratar serviços, mudaram as habilidades dos gestores públicos em termos de negociação, tomada de decisão e monitoramento. Vejam o exemplo: em um pequeno Estado deste Brasil, recentemente houve a alocação de 2 milhões de reais para a realização da ação educativa de combate ao trabalho escravo. Trata-se de um Estado cujo índice de escolaridade da população está abaixo da média do País, a população tem uma baixa renda *per capita* e há muitas frentes de trabalho no setor agrícola. O gestor responsável para executar a ação insistentemente solicitou a liberação do recurso e isso só foi possível mediante a apresentação de um plano de ação que destinava 90% do recurso em material gráfico. O recurso foi liberado porque havia a previsão de ações desta natureza mas, para a região, tratou-se de uma ação que não apresentou resultados em decorrência da realidade local.

Ou seja, a forma de tomada de decisão foi sustentada por uma racionalidade instrumental e não com base na racionalidade substantiva – defendida, entre outros, por Alberto Guerreiro Ramos.

A partir da narração de José, ele convida os colegas próximos e interessados na conversa para refletirem sobre o tema e apresenta-lhes três questionamentos. Você é um desses colegas da conversa e está convidado a se posicionar diante dos questionamentos a seguir:

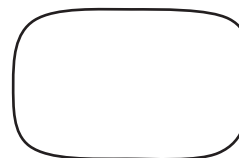
- a) apresente o conceito de racionalidade substantiva. Em seguida – e à luz da racionalidade substantiva –, explique as consequências desta prática de gestão governamental que resultou em uma ação que aplicou 90% do recurso para material gráfico ao combate do trabalho escravo.
- b) considerando os sistemas de incentivos e responsabilização, e o cotidiano racional legal predominante nas formas de gestão de serviços públicos, explique as escolhas do gestor responsável pela ação local de erradicação do trabalho escravo à luz da racionalidade adotada.
- c) indique uma metodologia de desdobramento das estratégias no planejamento estratégico que se adequa ao MPT, visando romper o desafio da CONAETE. Em adição, explique e justifique a escolha da metodologia.

PROVA DISCURSIVA

ESTUDO DE CASO

Reservado à ESAF		
Nota conteúdo	Nota uso do Idioma	

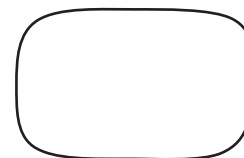
	Desenvolvimento (mínimo de 40 e máximo de 80 linhas)	Reservado ao Examinador
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		



PROVA DISCURSIVA

ESTUDO DE CASO

	Continuação	Reservado ao Examinador
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		



PROVA DISCURSIVA

ESTUDO DE CASO

	Continuação	Reservado ao Examinador
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		
76		
77		
78		
79		
80		

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil, levadas a cabo por organizações da sociedade civil com a adesão de cidadãos de todas as classes sociais, independente das distintas análises/interpretações sobre as suas origens, (re)colocam para a gestão pública em nível nacional e subnacional duas agendas, quais sejam: (a) a relação entre Estado e sociedade pelo binômio participação-controle social na formulação e implementação das políticas públicas; e (b) o monitoramento e a avaliação do nível de serviços públicos e da qualidade das políticas públicas pelos usuários-cidadãos. Enquanto alguns mecanismos de participação, por exemplo, são *per se* inovações institucionais previstas desde a Constituição de 1988, o desempenho das políticas públicas, para além do seu alcance (quantitativo), constitui uma agenda relativamente recente. Considerando essas constatações em torno da gestão de políticas públicas no país, responda os itens:

1. explicitando conceitos e fundamentando a argumentação, realize um balanço sobre os avanços, os limites e as possibilidades da participação social nos processos de gestão das instituições estatais no país pós-1988.
2. partindo da premissa de que “(...) os indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades dos programas públicos (...), sendo instrumentos para o empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público” (JANNUZZI, 2006, p. 3), escolha uma subárea de **política social** e apresente dois indicadores de eficiência, dois indicadores de eficácia e dois indicadores de efetividade relacionados a tal. Ademais, explique como a avaliação formativa nessa subárea pode contribuir para a melhoria da prestação da política pública sob a ótica do usuário-cidadão.

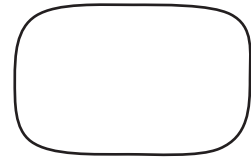
PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO

Reservado à ESAF		
Nota conteúdo	Nota uso do Idioma	

	Desenvolvimento (mínimo de 15 e máximo de 30 linhas)	Reservado ao Examinador
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

PROVA DISCURSIVA



Área para rascunho

**Área para
rascunho**

PROVA DISCURSIVA

Área para rascunho

**Área para
rascunho**

PROVA DISCURSIVA

Área para rascunho

**Área para
rascunho**

PROVA DISCURSIVA

Área para rascunho

**Área para
rascunho**



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br